
A DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO NA ESCOLA

Meiryelle Paixão Menezes¹

RESUMO: Este artigo tem o objetivo de analisar a presença do preconceito de gênero no espaço escolar. Para isso, foi realizada uma pesquisa no Colégio Municipal Josué Passos, localizado na cidade de Ribeirópolis/Sergipe, no intuito de verificar como o sexismo se manifesta no universo dessa instituição educacional. Tal pesquisa está ancorada em estudos já realizados sobre a discriminação no espaço escolar de autoria de Souza e Leão (2008) e na aplicação da lei 11.640/2006 acerca da violência contra a mulher. Assim, este artigo busca fazer uma análise acerca de como a escola tem trabalhado para a diminuição da discriminação de gênero, objetivando formar uma sociedade mais justa e igualitária.

PALAVRAS-CHAVE: Espaço escolar, Discriminação de gênero e Feminismo.

ABSTRACT: This article aims to analyze the presence of gender prejudice in school. For this, a survey was conducted at the Colégio Municipal Josué Passos, located in Ribeirópolis / Sergipe, in order to examine how sexism manifests in the universe of this educational institution. Such research is anchored in previous studies on discrimination in school and authored by Souza and Leão (2008) and law enforcement 11.640/2006 about violence against women. So, this article aims to make a review about how the school has worked to reduce gender discrimination, in order to form a more just and equal.

KEYWORDS: Scholar space, Prejudice and Feminism.

¹Mestranda do PROFLETRAS pela Universidade Federal de Sergipe/Itabaiana e Graduada em Letras/Português pela mesma instituição.

A entrada da mulher na escola ocorreu tardiamente em relação ao homem devido à naturalização de papéis sociais de mãe, esposa obediente e subserviente às regras do patriarcado. Nessa perspectiva, este artigo tem como objetivo apresentar e discutir os resultados de uma pesquisa acerca de como o preconceito relacionado à mulher se manifesta no Colégio Municipal Josué Passos, localizado na cidade de Ribeirópolis/SE. Essa pesquisa foi realizada com base na leitura de textos e análise da opinião dos alunos acerca do preconceito de gênero presente no ambiente escolar.

Por isso, é válido mencionar a importância de tal pesquisa acerca da discriminação de gênero na escola, pois ainda há um longo caminho a ser seguido pelas instituições educacionais quanto à disseminação de debates a favor da igualdade entre os gêneros. Nesse sentido, é função da escola desconstruir preconceitos relacionados à naturalização da dominação masculina na sociedade, de forma a contribuir para a diminuição do preconceito contra a mulher, tanto no ambiente escolar como fora dele. A esse respeito, o movimento feminista teve um importante papel na conscientização das mulheres que viviam imersas na submissão ao homem.

Segundo Duarte (2007, p. 127), o feminismo se constitui em uma “ação realizada por uma ou mais mulheres, que tenha como objetivo a ampliação dos direitos civis e políticos ou a equiparação de seus direitos com os do homem”. Nesse contexto, o movimento de mulheres foi o responsável pelo pontapé inicial para a entrada da mulher na escola, primeira bandeira de luta do movimento. E foi no início do século XIX que o feminismo começou a lutar pelo direito à educação feminina. Nessa época, não era permitido às mulheres aprender a ler e a escrever. As meninas possuíam apenas o dever de saber bordar, cozinhar e tocar piano, atividades estritamente voltadas para a naturalização do papel social de mãe, esposa e cuidadora da família.

Surge, então, no Rio Grande do Norte, a primeira mulher a iniciar um movimento feminino no Brasil, Nísia Floresta Brasileira Augusta, cuja luta reivindicava o direito das mulheres à educação formal e ao trabalho. E foi assim que as mulheres conseguiram, em 1827, a legislação que autorizou o surgimento das primeiras escolas públicas para mulheres. A partir daí, com a segunda fase do

movimento, as mulheres conseguiram ampliar o direito à educação, ao voto e a uma igualdade de direitos entre homens e mulheres no país. O movimento feminista, ao contrário do que muitos afirmam, ainda continua a reivindicar direitos, além da luta contra a violência de gênero, uma das bandeiras de luta do feminismo contemporâneo. Porém, para Duarte,

apesar de tantas conquistas nos inúmeros campos de conhecimento e da vida social, persistem nichos patriarcais de resistência. Basta que lembremos do salário inferior, da presença desigual de mulheres em cargos de direção, e da ancestral violência [...]. Ou então, o que andam dizendo os [...] que condenam o feminismo contemporâneo por equiparar homens e mulheres e ignorar as diferenças biológicas entre os sexos (DUARTE, 2007, p. 133).

Nessa perspectiva, vale ressaltar, para a análise das desigualdades de gênero na escola, a construção do ser mulher na atualidade. Para isso, é de suma importância as pesquisas de Susana Funck acerca do que significa ser uma mulher. Em seu texto *O que é uma mulher?*, ela afirma que o conceito de mulher passa por questionamentos históricos e culturais (FUNCK, 2011, p. 67). A questão da identidade e da experiência serve de base para a compreensão do que é ser mulher na década de 1980, época em que a influência das teorias feministas no comportamento feminino era muito marcante. No entanto, o pertencimento a uma determinada identidade de gênero não é fruto somente da identidade e da experiência, mas também dos elementos culturais e discursivos que se encontram em volta do ser humano e são justamente esses elementos culturais que são transmitidos e naturalizados no universo da escola.

Dessa maneira, a busca de uma identidade de gênero deveria ser uma questão de escolha e não se pautar na naturalização do comportamento feminino, fazendo com que a mulher siga regras de comportamento naturalizadas pelo sistema patriarcal. Essas regras de comportamento, além de serem ensinadas no âmbito familiar, também aparecem na educação formal escolar. A esse respeito, a escola, de acordo com Louro, deve criar

[...] formas novas de dividir os grupos para os jogos ou para os trabalhos; promovendo discussões sobre as

representações encontradas nos livros didáticos ou nos jornais, revistas e filmes consumidos pelas/os estudantes; produzindo novos textos, não-sexistas e não-racistas; investigando os grupos e os sujeitos ausentes nos relatos da História oficial, nos textos literários, nos modelos familiares; acolhendo no interior da sala de aula as culturas juvenis, especialmente em suas construções sobre gênero, sexualidade, etnia. (LOURO, 1997, p. 124).

Essas ações, que aparentam apenas ser práticas escolares isoladas, contribuem de forma bastante significativa para uma educação mais justa e produtora de novas formas de conhecimento e de visão de mundo, na medida em que proporciona uma maior visibilidade à identidade feminina na sociedade, embora a instituição escolar, na maioria das vezes, não dê ênfase a uma educação voltada para a diminuição das desigualdades de gênero. No próximo tópico do trabalho serão abordados e analisados os resultados.

Por meio desse viés teórico, este artigo busca fazer uma análise de como a discriminação de gênero aparece no ambiente escolar do Colégio Municipal Josué Passos. Tal escola oferta todas as séries do Ensino Fundamental (do 1º Ano do primeiro ciclo do Ensino Fundamental até o 9º ano do segundo ciclo) e se localiza no centro da cidade. Esta escola abrange a maior parte dos alunos do Município de Ribeirópolis, visto que recebe somente alunos que moram na cidade. Os alunos da zona rural, na maioria das vezes, se matriculam na Rede de Ensino Estadual.

Este trabalho parte da análise dos textos escritos pelos alunos acerca das diferentes formas de discriminação. Nessa perspectiva, este artigo pauta-se pela identificação, através da percepção dos alunos, das desigualdades de gênero presentes na escola. Assim, adotou-se uma metodologia voltada para a leitura de textos que abordem o sexismo e o diálogo em sala de aula com os alunos sobre essas questões culturais, as quais contribuem de forma positiva para a conscientização desses discentes a respeito da violência, realidade bastante recorrente no núcleo familiar brasileiro.

Por isso, a lei 11.340, sancionada em 2006 e conhecida como Lei Maria da Penha, constitui-se em um ponto de partida para a discussão acerca da violência doméstica, do sexismo e da discriminação de gênero no universo escolar. A Lei

Maria da Penha foi criada com o objetivo de coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Tal lei afirma que

configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial [...] A violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos (BRASIL, 2006).

Com a criação dessa Lei, a mulher passou a ter acesso ao amparo do poder público no caso de agressões físicas, morais ou psicológicas. Dessa forma, essa lei proporcionou mais dignidade à mulher vítima de violência. Todavia, é válido ressaltar que, no tocante à educação, não existe ainda nenhuma lei que estabeleça a obrigatoriedade do professor trabalhar com questões de gênero em sala de aula. Nesse sentido, a legislação educacional precisa avançar, para que os alunos tenham acesso a uma educação voltada para o respeito e a igualdade entre os gêneros desde a infância. Assim, teríamos um país mais justo e igualitário.

Nessa perspectiva, este trabalho traz um levantamento de como essa desigualdade ainda se manifesta no ambiente escolar para apresentar uma proposta pedagógica de divulgação dos direitos da mulher. Ele iniciou-se com a aplicação do texto “Violência contra a mulher, uma triste realidade” de autoria de Ana Prado (2012). A aplicação desse texto serviu para que os alunos tivessem contato com um texto escrito antes de construir o seu próprio texto em relação ao conteúdo abordado. Esse texto serviu de base para a construção da argumentação dos alunos em seus próprios textos. Isso não quer dizer que esses discentes não pudessem discordar do tema proposto. O texto foi apenas uma forma de adentrar na discussão sobre a discriminação de gênero em sala de aula.

O texto selecionado para a pesquisa foi uma reportagem escrita por Ana Prado, na qual a autora cita casos verídicos de violência contra a mulher, além de fazer uma crítica bastante pertinente ao péssimo atendimento dado à mulher vítima de violência nas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs) em todo o país. Isso confirma o que Duarte afirma sobre a violência doméstica no Brasil, que se configura como algo atávico em nossa sociedade e

“continua sendo praticada com a mesma covardia e abuso da força física” (DUARTE, 2007, p. 133).

Vale lembrar que essa atividade foi realizada em uma turma do 9º Ano do Ensino Fundamental do Colégio Municipal Josué Passos. Essa turma era composta de trinta e quatro alunos, os quais se propuseram a participar da leitura e da interpretação do texto, acrescentando opiniões a respeito do tema. Após a interpretação do texto, partiu-se para a observação e coleta dos textos escritos pelos alunos acerca do preconceito de gênero. Essa atividade escrita foi finalizada com a entrega dos textos pelos alunos para a análise.

No decorrer da aplicação da atividade, boa parte dos meninos repetiu preconceitos há muito naturalizados pela sociedade patriarcal, com brincadeiras como: “Mulher só serve para lavar, passar e cozinhar”. Essas brincadeiras causaram uma certa discussão entre os meninos e as meninas, que se mostraram contrárias a afirmações desse tipo. Esse tipo de brincadeira aponta um preconceito explícito com relação à mulher, uma vez que vivemos em uma sociedade que ainda educa os meninos para ser o provedor e chefe do lar e as meninas para serem mães e esposas. Talvez essa forma de construção cultural da identidade de gênero proporcione a discriminação de gênero no universo escolar. Guacira Louro destaca o quanto o espaço da escola ainda é fundamental na construção da identidade de gênero (1997). Com a identificação desse quadro, ressaltamos a necessidade de se pôr em prática uma metodologia e conteúdos programáticos educacionais conscientizadores para ambos os gêneros.

Nesse contexto, o papel da escola é fundamental para a desconstrução de preconceitos que sempre se encontram em volta do feminino. De acordo Souza e Leão,

a escola, semelhante a todas as outras instituições sociais, reproduz uma educação diferenciada sem questioná-la. A socialização que ocorre entre as crianças está articulada à percepção dos futuros papéis familiares de homens e mulheres. Assim [...], os meninos e as meninas vão construindo na escola uma identidade do que é ser homem ou do que é ser mulher, adquirindo normas que os diferenciam. [...] os meninos e as meninas vão sendo

regulados a desenvolver papéis sexuais diferentes. (SOUZA e LEÃO, 2008, p. 5)

Dessa forma, a escola ainda está pautada em um modelo de educação que privilegia a naturalização das hierarquias de gênero, pois o discurso presentes nas brincadeiras de sala de aula ainda se encontra envolto de preconceitos e “o sistema de ensino reproduz e ajuda a manter as desigualdades existentes na sociedade” (SOUZA e LEÃO, 2008, p. 2). Nesse sentido, a instituição escolar é uma das responsáveis pela manutenção dos mecanismos de poder que reproduzem as desigualdades entre meninos e meninas no ambiente escolar.

Com a leitura e a análise dos textos dos alunos sobre o tema em questão, pôde-se perceber que a maior parte deles se posicionou de forma contrária ao preconceito e à discriminação sofridos pela mulher, apesar de esse preconceito estar bastante presente no espaço da sala de aula. Isso prova que, além do preconceito explícito demonstrado através das brincadeiras, observou-se o preconceito velado, pois os alunos, em seus textos escritos, se mostraram contrários à discriminação sofrida pelas meninas na escola, como mostra o fragmento do texto da discente M. S. S.: “A discriminação contra as mulheres é machismo, pois as pessoas já colocaram na cabeça que mulher é doméstica e, por isso, não conseguem perceber o que as mulheres têm para oferecer à nossa sociedade”.

Além disso, os discentes também citaram em seus textos outros tipos de preconceito relacionado às identidades de gênero e sexuais, como a perseguição aos meninos que se mostram delicados e sensíveis, relacionados aos comportamentos dos homossexuais, conforme aponta o relato de R. L. S.:

[...] eu sou uma vítima pois as pessoas da escola [...] acham que eu sou gay[...] já levei uma surra já fui xingado no ano passado fui perseguido por alunos que queriam me bater mais eu conseguir fugir [...] tem uma frase popular que fala nunca julgue um livro pela capa então nunca ninguém tem que julgar uma pessoa pelo jeito que ela é mas sim pelo caráter que ela demonstra [...] sofro de preconceito e não posso mudar isso [...] eu só queria que ninguém no mundo julgassem as pessoas[...] Nós estamos numa época que isso não deveria existir mais[...]

O relato desse aluno é um caso à parte, pois se trata do preconceito relacionado à sexualidade e aponta que ele tem plena consciência da realidade de exclusão e discriminação sofrida por muitos alunos no meio escolar. Esse relato se configura também como um desabafo de um aluno que sofre com o preconceito sexual presente na escola. Guacira Lopes Louro constata que essa prática é comum no espaço da escola, visto que

a negação dos/as homossexuais no espaço legitimado da sala de aula acaba por configurá-los às “gozações” e aos “insultos” dos recreios e dos jogos, fazendo com que, deste modo, jovens gays e lésbicas só possam se reconhecer como desviantes, indesejados ou ridículos (LOURO, 1997, p. 68).

Isso aponta que esses alunos, mesmo obtendo um vasto conhecimento sobre os temas em questão, ainda conservam e convivem com uma realidade de exclusão no meio escolar. Por isso, é importante que as escolas brasileiras se empenhem no tocante à discussão em sala de aula acerca do preconceito de gênero e da violência contra a mulher.

Os alunos também citaram, no decorrer da aula e nos textos escritos, as informações que eles possuem acerca da Lei nº 11.340/2006, fato que aponta para o conhecimento deles com relação às desigualdades de gênero, conforme mostra o fragmento do texto da aluna G.N.L.: “[...] é muito importante a existência de leis que defendem as mulheres como a Lei Maria da Penha, pois devemos cada vez mais incentivar o fim da agressão”. Tal depoimento aponta que os alunos têm um posicionamento crítico acerca da violência contra a mulher.

Além disso, os discentes também mostraram suas opiniões em relação à naturalização da dominação masculina e da opressão feminina. O aluno M.S.S. e a aluna C.R.B. mostram as suas opiniões a respeito:

A violência contra a mulher é um ato de covardia, pois, se compararmos as forças, o homem, claro, é mais forte. Muitas pessoas acham isso um ato normal, achando que a mulher é um objeto, ou seja, pode fazer o que o homem quiser, mas isso é errado pois todos

devemos ter os mesmos direitos. Então o que eu quero dizer que temos que respeitar uns aos outros [...].

[...] essa Lei Maria da Penha não serve de nada, acho que deveria ter mais projetos, até para esclarecer, porque muitas mulheres acham [a violência] normal.

Para Souza e Leão, a naturalização do comportamento feminino está associada à educação transmitida pela família, pois ela é a primeira instituição socializadora de meninos e meninas (2008, p. 5). As meninas são educadas para ter um comportamento submisso e passivo, fato que as incentiva a assumir papéis sociais associados ao âmbito do lar, como os papéis de mãe e esposa, ao contrário dos meninos, que são estimulados a assumir comportamentos voltados para a dominação, a independência e a força. De acordo com as autoras,

os estereótipos sexuais considerados adequados pelos pais são comunicados desde o momento em que o bebê nasce, através da cor que é vestida, dos brinquedos que ganha, dos comportamentos que é estimulado a ter e das respostas que aprendeu a retribuir. Para a menina é ensinado um comportamento de passividade, enquanto que para o menino é reforçado um comportamento mais agressivo, para que ele torne-se independente e que seja forte (SOUZA e LEÃO, 2008, p. 5).

Esse discurso naturalizador transmitido pela instituição familiar, em muitos casos, reforçado pela escola, ainda está muito presente na educação das crianças e dos adolescentes. Isso fica evidente no texto do aluno A. J. S.:

O preconceito que vários homens têm é por puro ciúme e, por isso, os homens têm esse preconceito besta de ataques contra a mulher. Mas eu acho que, em alguns casos, a mulher está um pouco errada, porque a maioria dos homens sofre muito para trabalhar e pôr comida em casa e muitas mulheres acham que o homem não presta, não põe comida em casa e muitas acabam o traíndo.

O fragmento do texto desse aluno aponta que ainda convivemos com uma educação voltada para a submissão feminina ao patriarcado. A esse respeito, a

escola reforça essa base educacional transmitida pela família, tornando-se uma instituição que reproduz o preconceito de gênero. Dessa forma, a instituição escolar, através de sua organização e do seu cotidiano, também se torna responsável pela naturalização de práticas sociais que subordinam o gênero feminino ao masculino. Segundo Guacira Lopes Louro,

a escola delimita espaços. Servindo-se de símbolos e códigos, ela afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e institui. Informa o “lugar” dos pequenos e dos grandes, dos meninos e das meninas. Através de seus quadros, crucifixos, santas ou esculturas, aponta aqueles/as que deverão ser modelos e permite, também, que os sujeitos se reconheçam (ou não) nesses modelos (LOURO, 1997, p. 58).

Nesse sentido, a escola, por meio de suas instituições e práticas, pode correr o risco de produzir em seu espaço as distinções e as desigualdades de gênero que, por sua vez, são aprendidas e interiorizadas pelos alunos. É na instituição escolar que se inicia o aprendizado e a produção de “um corpo escolarizado, distinguindo o menino da menina que passara pelos bancos escolares” (LOURO, 1997, p. 61), além da transmissão de valores ligados à moral e aos bons costumes que formariam o caráter e as virtudes dos educandos.

Dessa maneira, a escola é uma das principais instituições sociais que contribuem para a formação da identidade de gênero feminina e masculina através de discursos naturalizadores implícitos e explícitos nas atividades sugeridas pelos livros didáticos utilizados em sala de aula e, sobretudo, na atitude do professor em sua prática de ensino. Assim, os professores e professoras deveriam estar, de acordo com o que afirma Louro,

dispostos/as a implodir a idéia de um binarismo rígido nas relações de gênero, teremos de ser capazes de um olhar mais aberto, de uma problematização mais ampla (e também mais complexa), uma problematização que terá de lidar, necessariamente, com as múltiplas e complicadas combinações de gênero, sexualidade, classe, raça, etnia (LOURO, 1997, p. 64-65).

Nesse contexto, a função da instituição escolar não se restringirá apenas à mera transmissão de conteúdos e à naturalização dos papéis sociais ligados às identidades masculina e feminina, mas, ao contrário, a função da escola passará a ser a de ajudar no reconhecimento e construção de sujeitos com diferentes identidades e com o pleno direito de exercer suas várias formas de prazeres e desejos, independentemente dos padrões heterossexuais hegemônicos legitimados pelas relações sociais.

A escola deve, então, utilizar não somente uma metodologia de ensino e conteúdos programáticos voltados para a transmissão do conhecimento científico, mas também uma metodologia de trabalho que enfoque questões ligadas às diferenças e às desigualdades. Isso contribuirá para que os educandos passem a assumir uma posição menos discriminatória no tocante às identidades de gênero e sexuais presentes no meio escolar e na sociedade, uma vez que, no dizer de Louro, “prestamos pouca atenção à eficiência da normalização cotidiana, continuada, naturalizada” (LOURO, 1997, p. 84).

Assim, a presença da mulher no espaço escolar se constitui em um relevante marco de lutas e conquistas garantidas, ao longo do século XX, através da mobilização dos movimentos sociais de mulheres. Nesse contexto, esse artigo investigou o preconceito sofrido pela mulher no universo escolar, tomando como base a interpretação do texto “Violência contra a mulher, uma triste realidade”, de Ana Prado e a produção de textos pelos alunos acerca da presença do preconceito de gênero no meio escolar. Tais textos serviram de base para uma pesquisa analítica a respeito dos temas propostos no intuito de abordar as situações de discriminação sofridas pelas meninas no universo escolar do Colégio Municipal Josué Passos, localizado na área urbana da cidade de Ribeirópolis/SE.

O referido trabalho deu ênfase a uma pesquisa sobre como o sexismo aparece no espaço da escola, além do estudo de como a menina é vista no universo escolar. Tal artigo está ancorado na desconstrução de preconceitos que estão em torno da mulher para desnaturalizar as concepções tradicionais acerca dessas identidades dentro da escola. Esse estudo investigou, portanto, o ambiente escolar no intuito de desmistificar e desnaturalizar a dominação de gênero na educação transmitida pela instituição escolar. Nesse sentido, verificou-se a existência de duas

formas de preconceito de gênero: a explícita e a velada. Essas duas formas se apresentaram por meio das brincadeiras que ocorreram durante a pesquisa e também pelas opiniões expressas pelos alunos nos textos escritos.

Como metodologia de ensino voltada para a diminuição do preconceito de gênero no ambiente escolar, o professor pode trabalhar em sala de aula com textos que abordem e questionem o local da mulher na sociedade. Em seu artigo intitulado *Estudos de gênero e Leitura Interdisciplinar* (2010) Carlos Magno Gomes sugere que a leitura de textos literários engajada nas questões de gênero pode ajudar no questionamento da naturalização dos papéis sociais femininos dentro da família patriarcal.

O referido autor afirma que “a leitura se torna eficiente e acrescenta aos elementos estéticos um olhar de como a identidade de gênero ficcionalizada se opõe à tradição cultural” (GOMES, 2010, p. 74). Assim, Gomes aborda a importância da contribuição das pesquisas de gênero no tocante à desconstrução de preconceitos ligados ao comportamento feminino. Dessa forma, a escola pode trabalhar com a leitura do texto literário no intuito de conscientizar os educandos. De acordo com Gomes,

com a inclusão dos avanços dos estudos de gênero, o professor pode ter aulas mais participativas, nas quais o leitor crítico vai aos poucos percebendo que o texto literário traz diferentes abordagens dos problemas das mulheres e das minorias que devem ser historicamente situadas (2010, p. 82)

Nesse sentido, este trabalho, portanto, se constitui em uma importante iniciativa para a análise de como a discriminação de gênero ocorre no universo escolar, pois é na escola que a diferença deve ser reconhecida e considerada para uma aprendizagem mais consciente, efetiva e que busque a transformação social. A escola não pode mais assumir o papel de instituição reprodutora de discursos discriminatórios e preconceituosos, ao contrário, ela deve ter como meta a função de educar e construir uma sociedade mais justa com o pleno reconhecimento das diversas identidades.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 11340, de 7 de Agosto de 2006.** Diário oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em 09/04/2012.

DUARTE, Constância Lima. Pequena história do feminismo no Brasil. In: CARDOSO, Ana Leal. e GOMES, Carlos Magno. **Do imaginário às representações na Literatura.** São Cristóvão: Editora UFS, 2007, p. 127-134.

FUNCK, Susana Bornéo. O que é uma mulher? In: **Revista Cerrados.** Vol. 20, n. 31, 2011, p. 64-74.

GOMES, Carlos Magno. Estudos de gênero e Leitura Interdisciplinar. In: **Revista Sociopoética.** Vol. 1, n. 7, 2010, p. 73-83.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista.** Petrópolis: Vozes, 1997.

PRADO, Ana. **Violência contra mulher, uma triste realidade.** Disponível em: <http://www.ufpa.br/beiradorio/arquivo/beira04/noticia/noticia5.htm>. Acesso em 09/04/2012.

SOUZA, Fabiana Cristina de. e LEÃO, Andreza Marques de Castro. **Entre o discurso pedagógico e ideológico na escola: estereótipos de classe, raça e gênero.** In: Seminário Fazendo Gênero, 8, 2008. Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2008. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST1/Souza-Leao_01.pdf. Acesso em 09/04/2012.

Recebido em agosto de 2013.

Aprovado em setembro de 2013.

